

ANO I - EDIÇÃO Nº 42 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quarta-Feira, 11 de maio de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 329/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inc. V, alínea "h", item 2, c/c o art. 143, ambos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e conforme a regulamentação contida no Ato no 042/2011;

RESOLVE:

Art. 1º ADITAR à Portaria nº 835/2015, que concedeu férias aos Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, as seguintes escalas de férias :

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO	PERÍODO AQUISITIVO PROPORCIONAL	PERÍODO MARCADO	MOTIVO
LUMA GOMIDES DE SOUZA Mat. 130515	2º SEMESTRE DE 2015	23.05.2016 a 27.05.2016 (05 dias)	Entrou em exercício após a publicação da Escala de Férias
PEDRO JAINE PASSOS CLARINDO DA SILVA Mat. 130315		31.07.2016 a 04.08.2016 (05 dias)	Entrou em exercício após a publicação da Escala de Férias
ROGERIO RODRIGO FERREIRA MOTA Mat. 130215		14.03.2016 a 18.03.2016 (05 dias)	Entrou em exercício após a publicação da Escala de Férias

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO MARCADO	MOTIVO
GUILHERME CINTRA DELEUSE Mat. 108710	1º SEMESTRE DE 2011	18.11.2013 a 02.12.2013 (15) 11.02.2016 a 25.02.2016 (15)	Entrou em exercício após a publicação da Escala de Férias

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 09 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 330/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, da Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando as disposições da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e respectivas alterações, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE :

Art. 1º EXONERAR o servidor ADÃO BATISTA NUNES

QUIXABA, Motorista, Mat. nº 9991, da Função de Confiança: Motorista de Representação FC – 1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 10 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 331/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, da Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando as disposições da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e respectivas alterações, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE :

Art. 1º NOMEAR os servidores nominados para o provimento das Funções de Confiança especificadas a seguir:

MAT.	SERVIDOR	FUNÇÃO DE CONFIANÇA	SÍMB./NÍVEL	VIGÊNCIA
120313	CAROLINE SILVA DE SOUZA	Assistente dos Órgãos Auxiliares	FC – 3	1º/05/2016
124014	JOAO CARLOS PEREIRA	Assistente dos Órgãos Auxiliares	FC – 3	1º/05/2016

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 10 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 332/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, da Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando as disposições da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e respectivas alterações, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE :

Art. 1º NOMEAR os servidores nominados para o provimento das Funções de Confiança especificadas a seguir:

MAT.	SERVIDOR	FUNÇÃO DE CONFIANÇA	SÍMB./NÍVEL
9991	ADÃO BATISTA NUNES QUIXABA	Assistente de Gabinete de Procurador-Geral de Justiça	FC – 4
30901	ADELMA CUNHA FREIRE DE CARVALHO	Assistente do Conselho Superior do Ministério Público	FC – 4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procurador de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

124514	ISLEY PEREIRA DA SILVA	Assistente do Conselho Superior do Ministério Público	FC - 4
87808	MARIA DA GUIA COSTA MASCARENHAS	Assistente do Conselho Superior do Ministério Público	FC - 4
126014	JONH KENED BRAGA	Motorista de Representação	FC - 1

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 10 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 333/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 17, III, "I", e 131, § 4º da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, Ato nº 11/2010, Ato nº 039/2008 e Resolução nº 30 do CNMP, e considerando Requerimento do Promotor de Justiça Vinícius de Oliveira e Silva, protocolo nº 07010128511201691,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR na Portaria nº 283/2016, a parte que indicou ao Senhor Procurador da República Regional Eleitoral, para fins de designação, o Promotor de Justiça VINÍCIUS DE OLIVEIRA E SILVA, para atuar perante a 3ª Zona Eleitoral – Porto Nacional.

Art. 2º INDICAR ao Senhor Procurador da República Regional Eleitoral, para fins de designação, o Promotor de Justiça ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR para atuar perante a 3ª Zona Eleitoral – Porto Nacional, no período de 10 de maio de 2016 a 09 de maio de 2018(biênio).

PUBLIQUE-SE.CUMPRASE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 10 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: TARSO RIZO OLIVEIRA RIBEIRO.

DESPACHO Nº 199/2016 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça TARSO RIZO OLIVEIRA RIBEIRO, para conceder-lhe 01 (um) dia de folga, a ser usufruído no dia 25 de maio de 2016, em compensação aos dias 23 e 24/08/2014, os quais permaneceu de plantão nos termos do Ato nº 68/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 09 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.00084
ASSUNTO: Procedimento Licitatório objetivando a formação de Ata de Registro de Preços para aquisição de materiais de reposição para o laboratório de Informática.
INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 198/2016 – Na forma do artigo 17, inciso

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

IX, alínea "c", item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/13, bem como nos Atos PGJ nos 014/2013 e 021/2016; e considerando as manifestações favoráveis constantes nos Pareceres Administrativos nº 043/2016 e 051/2016, às fls. 103/106 e 150/151, respectivamente, exarados pela Assessoria Especial Jurídica, e Parecer Técnico nº 030/2016, às fls. 154/156, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório objetivando a formação de Ata de Registro de Preços para aquisição de materiais de reposição para o laboratório de Informática, destinados ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas e das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior do Estado do Tocantins, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob a forma de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 09 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: RAFAEL PINTO ALAMY.

DESPACHO Nº 200/2016 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça RAFAEL PINTO ALAMY, para conceder-lhe 01 (um) dia de folga, a ser usufruído no dia 16 de maio de 2016, em compensação aos dias 15 e 16/11/2014, os quais permaneceu de plantão nos termos do Ato nº 68/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 10 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: GUILHERME CINTRA DELEUSE.

DESPACHO Nº 201/2016 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça GUILHERME CINTRA DELEUSE, para conceder-lhe 01 (um) dia de folga, a ser usufruído no dia 25 de maio de 2016, em compensação aos dias 28/02 e 01/03/2015, os quais permaneceu de plantão nos termos do Ato nº 68/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 10 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: ANDRÉ RICARDO FONSECA CARVALHO.

DESPACHO Nº 202/2016 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça ANDRÉ RICARDO FONSECA CARVALHO, para conceder-lhe 02 (dois) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 27

e 30 de maio de 2016, em compensação aos dias 22 e 23/11/2014 e 10 e 15/01/2015, os quais permaneceu de plantão nos termos do Ato nº 68/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 10 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: VINÍCIUS DE OLIVEIRA E SILVA.

DESPACHO Nº 203/2016 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça VINÍCIUS DE OLIVEIRA E SILVA, para conceder-lhe 01 (um) dia de folga, a ser usufruído no dia 27 de maio de 2016, em compensação aos dias 27 e 28/06/2015, os quais permaneceu de plantão nos termos do Ato nº 68/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 10 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR.

DESPACHO Nº 204/2016 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR, para conceder-lhe 01 (um) dia de folga, a ser usufruído no dia 30 de maio de 2016, em compensação aos dias 13 e 14/09/2014, os quais permaneceu de plantão nos termos do Ato nº 68/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 10 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

APOSTILA Nº 007/2016

Na Portaria nº 202/2016, de 28 de março de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, Edição nº 4.589, de 30/03/2016, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Fernanda de Siqueira Correia;

ONDE SE LÊ: "...divulgada pela Portaria nº 082/2016, de 12/06/2016..."

LEIA-SE: "divulgada pela Portaria nº 082/2016, de 12/02/2016..."

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 10 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

A Procuradoria-Geral de Justiça torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n.º 002/2015, em Inquérito Civil Público n.º 001/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Procurador-Geral de Justiça, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE ICP N.º 001/2016/PGJ

INVESTIGANTE: Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador-Geral de Justiça

FUNDAMENTO: Arts. 127 e 129, II e III da Constituição Federal; 49 e 50, § 4º, III da Constituição do Estado do Tocantins; 25, IV, alíneas "a" e "b", 26, I e 29, VIII da Lei n.º 8.625/93; 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar n.º 75/93; 2º, I, da Resolução CNMP n.º 23/07; 4º, § 4º e 5º da Resolução CSMP/TO n.º 003/08 e 8º, § 1º da Lei n.º 7.347/85

DOCUMENTO DE ORIGEM: Informações veiculados no Portal da Transparência do Estado do Tocantins.

ASSUNTO: Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

FATO(S) EM APURAÇÃO: Averiguar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal em virtude de ultrapassar o limite máximo de despesa com pessoal.

INTERESSADO: Marcelo de Carvalho Miranda

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 10 de maio de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 05/05/2017 (1 ano)

DIRETORIA-GERAL

EDITAL DE REMOÇÃO INTERNA Nº 01, DE 10 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça do Tocantins, com fulcro no Art. 35 da Lei Estadual n.º 1.818, de 23 de agosto de 2007, e no Ato n.º 004/2013; CONSIDERANDO a recente instalação da 4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins, de acordo com a Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Procuradores de Justiça deste Parquet, n.º 203/2016, de 23/02/2016; TORNA PÚBLICO a abertura de 1 (uma) vaga para processo de remoção para o cargo de Analista Ministerial – Ciências Jurídicas, para a 4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins, com as seguintes regras:

I – DA INSCRIÇÃO NO CONCURSO DE REMOÇÃO

1.1. Os interessados deverão se manifestar oficialmente, por escrito, via Sistema E-Doc, à Diretoria-Geral, impreterivelmente até o dia 13 de maio de 2016.

1.2. Os interessados deverão especificar claramente se concorrem somente para a vaga da 4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins ou para outra que por ventura venha a surgir, nominando para qual/quais Promotoria(s) de Justiça de Colinas do Tocantins – TO têm interesse em concorrer além da 4ª Promotoria de Justiça, entendendo que para aquelas não nominadas, o candidato estará abstendo-se de concorrer.

1.3. A não manifestação do servidor implica no desejo de permanecer no atual local de lotação.

II – DOS CRITÉRIOS PARA REMOÇÃO INTERNA

2.1. Os critérios serão a data de entrada em exercício, associada à ordem de classificação no concurso público, como critério de desempate.

III – EXIGÊNCIAS DO CONCURSO DE REMOÇÃO INTERNA

3.1. Para que não haja conflitos de direitos e deveres dos

candidatos e da Administração Ministerial, fica definido:

3.1.1. Qualquer desistência de inscrição só poderá ocorrer antes da publicação do resultado final da remoção;

3.1.2. A necessidade de permanência por, no mínimo, 1 (um) ano na nova lotação.

IV – DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1. O resultado deste processo será disponibilizado na intranet a partir do dia 16 de maio de 2016, com o nome do(a) selecionado(a) a ser removido(a) para cidade/promotoria a ser lotado.

V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Este Edital de Concurso de Remoção interna, assim como o seu respectivo Edital de Resultado serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante a mulher apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 001/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, III, da CRFB/88, 26, I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: decisão proferida pelo TCE/TO

FATO EM APURAÇÃO: ato de improbidade administrativa, com possível dano ao erário e ofensa aos princípios da administração pública, decorrente de emissão de notas fiscais inidôneas pelo Município de Goianorte/TO, no período de 1997 a 2000.

INVESTIGADO: Antônio de Souza Parente

LOCAL E DATA DE INSTAURAÇÃO: Palmas/TO, 07 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante a mulher apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 002/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, III, da CRFB/88, 26, I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: decisão proferida pelo TCE/TO

FATO EM APURAÇÃO: ato de improbidade administrativa, com possível dano ao erário e ofensa aos princípios da administração pública, decorrentes de irregularidades nas contas de ordenador de despesas do Município de Goianorte/TO, referente ao exercício de 2006.

INVESTIGADO: Antônio de Souza Parente

LOCAL E DATA DE INSTAURAÇÃO: Palmas/TO, 07 de março de 2016.